



ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS

ENSAIOS APB

*A Atuação da Biblioteca Escolar:
relato de uma crise*

Maria Helena T. C. de Barros

Ensaio APB, n.6

APB - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS - APB

***IV Jornada Paulista de Biblioteconomia e Documentação
De 17 a 19 de setembro de 1993***

***A Atuação da Biblioteca Escolar:
relato de uma crise***

Maria Helena T. C. de Barros

Ensaio APB, n.6

APB - Associação Paulista de Bibliotecários - APB

A Atuação da Biblioteca Escolar: relato de uma crise

Maria Helena T. C. de Barros

Ensaio APB, 6

São Paulo
1994

ENSAIOS APB

MELO, José Marques de. Comunicação de Massa x Leitura. (Ensaio APB, 1)

MOSTAFA, Solange Puntel Mostafa. Balcão de Informações: o mercado emergente. (Ensaio APB, 2)

TAVARES, Maria Christina de Moraes. Atuação da Biblioteca Infante-Juvenil. (Ensaio APB, 3)

MURGIA, Eduardo. A Crise na Informação. (Ensaio APB, 4)

OLIVEIRA, Silas Marques de. A Crise dos Recursos Humanos em Bibliotecas. (Ensaio APB, 5)

A Atuação da Biblioteca Escolar: Relato de uma Crise

Maria Helena T. C. de Barros^(*)

A questão da biblioteca escolar tem sido, para os bibliotecários, semelhante a uma corrida de revezamento: cada etapa prepara a seguinte, mas depende do desempenho anterior, visando todos a meta comum, isto é, garantir o acesso competente à informação e ao conhecimento, na busca da qualidade do ensino.

Outros fizeram parte da equipe, antes da atual Comissão de Bibliotecas Escolares do CRB-8 (Conselho Regional de Biblioteconomia de São Paulo), sem cuja participação não seriam possíveis as diretrizes e as estratégias de agora. Esse grupo tem desenvolvido desde 1991 uma atuação em três níveis distintos: análises e pareceres sobre documentos relativos aos Centros de Informação e Criação (CICs) das escolas-padrão; discussões com os pares da categoria bibliotecária; e negociações políticas, primeiro com a Fundação para o Desenvolvimento Escolar (FDE) e suas gerências, depois com o secretário da Educação, Fernando Morais, e, posteriormente, com o secretário-adjunto Luís Patrício C. do Prado Filho.

^(*) Professora-Assistente do Departamento de Biblioteconomia e Documentação - UNESP/Campus de Marília

1991 foi um marco significativo no processo: a FDE recebeu o presidente do CRB-8 e os membros da Comissão para apresentar a então *Proposta para Implantação dos Centros de Informação e Criação*, sem discussão prévia. O texto não foi aceito incondicionalmente pelos bibliotecários e seguiu-se, naquela oportunidade, um acirrado debate.

Após esse primeiro contato com a FDE, seguiram-se outros não menos difíceis. Porém, houve algum avanço e a figura do bibliotecário acabou sendo introduzida na versão seguinte do documento oficial (1992), embora apenas como presença alternativa. Nesse ínterim, houve várias desconsiderações por parte da FDE em relação ao Conselho e à Comissão, agravadas pelo sucessivo desrespeito da Secretaria da Educação à legislação específica vigente. No sentido de preservar a biblioteca escolar e o bibliotecário, o CRB-8 usou de mecanismos jurídicos para sustar os atos de responsabilidade do secretário, conseguindo uma liminar judicial, posteriormente cassada. Porém, a ação movida pelo Conselho continua em trâmite normal na Justiça.

Nos últimos encontros, já em 1993, a Secretaria da Educação havia concordado com alguns pontos básicos propostos pelo CRB-8, dos quais se destacam: 1) abertura de concurso público para preenchimento dos cargos vagos de bibliotecário escolar da Secretaria, complementados em número suficiente até atingir um bibliotecário para cada Delegacia de Ensino do Estado de São Paulo; 2) estabelecimento de grupo de trabalho com elementos da Secretaria e do Conselho, para definir o perfil do encarregado do CIC e do bibliotecário.

A negociação tem prosseguido, embora em ritmo lento além do desejável. O tempo é precioso, se levarmos em conta o trabalho desenvolvido

desde 1991 e o fato de que se aproxima um novo período eleitoral. E, com ele, o risco, tanto para o Governo do Estado quanto para o CRB-8, de a questão sofrer novos direcionamentos, podendo afetar quer a estrutura da escola-padrão, quer o processo de recomposição do quadro de bibliotecários da Secretaria da Educação.

Todavia, é preciso observar que o *Programa de Reforma do Ensino Público do Estado de São Paulo* (1991) -- e a escola-padrão e o CIC no seu bojo -- apresenta pontos aparentemente avançados em termos de proposta pedagógica e informacional. A legislação que cerca os projetos e as medidas para a sua implantação nega, lamentavelmente, tal avanço. O resgate da qualidade do ensino, que a Secretaria e a FDE enfatizam, transmuta-se em retrocesso no que se aplica ao CIC, pela maneira em que está se operacionalizando a formação do acervo e dos recursos humanos: 1) envio autoritário e indiferenciado de uma "pacote" bibliográfico a todas as escolas-padrão, sem avaliação da clientela, nem do uso e do controle desse material; 2) treinamento inadequado, insuficiente e improvisado de leigos para a coordenação dos CICs.

Ultimamente, o discurso oficial mudou, divergindo dos documentos emanados da FDE: o CIC, que a princípio seria apenas a biblioteca escolar em "trajes novos", transformou-se em um amplo projeto pedagógico, do qual a biblioteca também deve fazer parte. Para usar o jargão corrente na própria Secretaria da Educação, a FDE é a sua interlocutora oficial; mais do que isso, sua prestadora de serviços. Essa interlocutora/prestadora de serviços não evidenciou ainda tal mudança nos documentos, e continua agindo como se o

CIC fosse unicamente a biblioteca escolar, coordenada -- na preferência deles -- por um professor de nível 3.

Assim, observa-se que uma situação anômala cerca o CIC: discrepâncias estruturais, desacertos operacionais e inadequações impeditivas das mais diversas ordens continuam fazendo com que grande parte dos já designados coordenadores dos CICs procure, com certa insistência, a orientação de bibliotecários. Pois, não conhecem o *métier*, não sabem o que fazer nem como atuar na função que lhes imputaram e aos quais imprudentemente vêm se prestando. Enquanto isso, as reuniões oficiais sucedem-se com lentidão e a comunidade escolar permanece como sempre esteve: desinformada, com pouca leitura, num arremedo de pesquisa e de atividade cultural.

Claro que exceções existem: algumas escolas-padrão mais conscientes estão conseguindo contratar bibliotecários por conta própria, agindo mais depressa que a Secretaria da Educação: são profissionais que estão, primeiro, organizando a informação disponível, para, posteriormente, preparar o terreno para a disseminação da informação e a ação cultural. Como diria Luís Milanesi, ordenam para desordenar; organizam o acervo para desinstalar o pensamento dogmático buscando o confronto, o conflito, a diversidade, como querem Paulo Freire, Demerval Saviani ou Moacir Gadotti, grandes pensadores da educação brasileira atual.

Enquanto isso, algumas coisas estranhas acontecem, quase em surdina, que podem abalar a crença na boa-fé da Secretaria da Educação e do próprio secretário, no que diz respeito à biblioteca escolar. O Decreto n. 37.185, de 5 de agosto de 1993 (*DOE*, 6.8.1993), assinado pelo governador

Fleury e pelos secretários Fernando Morais e Cláudio Alvarenga, dentro das Disposições Transitórias, em seu artigo quarto, altera a legislação anterior que previa um mínimo de vinte classes, estabelecendo agora um mínimo de trinta e cinco classes para que as unidades escolares passem a contar com um cargo ou função-atividade de bibliotecário no quadro da Secretaria da Educação.

Considerando-se que o decreto anterior nunca foi levado a sério pelas autoridades, e que o novo até poderia vir a sê-lo, a situação atual seria configurada como alentadora, deflagrando uma ação efetiva, coerente e leal. Porém, não se pode esquecer que: 1) houve uma defasagem de quinze classes, o que alija um grande número de unidades da contemplação de recursos humanos adequados para a biblioteca, além de outros benefícios; 2) a história pregressa da biblioteca escolar não permite que se deposite confiança plena na ação e nas intenções das autoridades governamentais do Estado de São Paulo, o que a atual medida pode reforçar ainda mais; e 3) o diálogo entre o CRB-8 e a Secretaria da Educação, embora avançando, tem-se mantido em condições de fragilidade, com altos e baixos nos resultados das negociações; qualquer atitude mal calculada pode interferir na abertura ou no fechamento dos canais de comunicação.

Porém, essas mesmas questões políticas acabam desviando momentaneamente o foco de luz da realidade das bibliotecas escolares e é necessário que se volte a elas, quando o governo estadual afirma que a quantidade de vagas na rede escolar pública está garantida e que a meta, agora, é o resgate da qualidade.

Com acervos fechados, inadequados muitas vezes; geralmente, sem condições de recuperação da informação; sem o exercício da própria dinamização ou da ação cultural, as bibliotecas escolares de São Paulo estão marginalizadas da contribuição para a qualidade do ensino, já que não estão conseguindo que as informações armazenadas saiam da condição de depósito e atinjam eficazmente os sujeitos do ensino -- professor e aluno --, estimulando-os intelectualmente, na tentativa de mudança, de avanço e de aprimoramento. Há, aí, um acesso difícil e descontínuo.

Em termos de qualidade, mesmo que se tenha uma biblioteca pobre de instalações ou com deficiência de acervo, não se pode aceitar a ausência ou a inadequação de seus recursos humanos. Livros não fazem milagres, mas um profissional habilitado, competente, interessado e criativo pode trabalhar com os poucos livros que houver e criar situações de confronto, de transformação, contribuindo para a qualidade do ensino, público ou privado, do qual se beneficiam todos, sem distinção.

Ora, cada vez mais a biblioteca, qualquer biblioteca, vai se tornando a única alternativa para a possibilidade de leitura, tendo em vista os preços proibitivos dos livros, jornais e revistas. A biblioteca escolar, que teoricamente deveria prover as necessidades informacionais dos sujeitos do ensino/aprendizagem (a cada dia é mais difícil fora do contexto escolar), e que seria a grande alternativa para complementar/qualificar os conteúdos programáticos, está, na prática, mais distanciada deles, gerando, em parte, a estagnação e a obsolescência de tais conteúdos.

Portanto, não se pode pensar ou falar na qualidade do ensino de primeiro e segundo graus se a biblioteca escolar estiver alijada do processo, adequadamente instalada, suprida e coordenada. Como já se disse antes, "a atividade do bibliotecário, exercendo uma atuação pedagógica peculiar, na orientação da pesquisa bibliográfica e na sugestão de leitura, na ação cultural que desenvolve, na dinâmica que imprime ao seu trabalho, faz da biblioteca escolar um campo muito especial, como agência educacional que ela é. Essa característica é o que a distingue das outras bibliotecas, tornando-a ímpar".

Para o exercício competente dessa pedagogia, o bibliotecário escolar, ou aqueles que pretendem sê-lo, precisa do preparo que uma especialização, cursos suplementares e leituras direcionadas conseguem suprir, além da graduação. Como a cada ação corresponde uma reação, a crise pesada e indigesta que envolve a biblioteca escolar conseguiu sensibilizar, sobretudo, as escolas de biblioteconomia, que agora se mobilizam e dispendem esforços para preparar seus contingentes e garantir competência dos bibliotecários que vão compor os quadros da educação, pois não é cabível atuar na biblioteca escolar sem requisitos prévios, sob pena de muito sofrimento heróico nas tentativas de acerto e erro, do improvisado e da boa-vontade.